



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

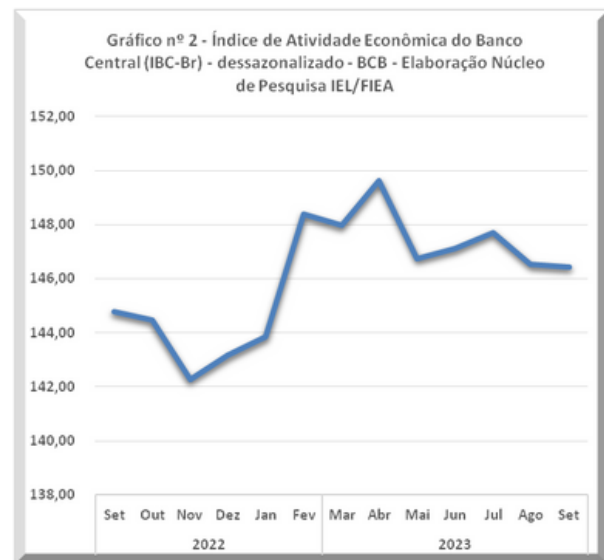
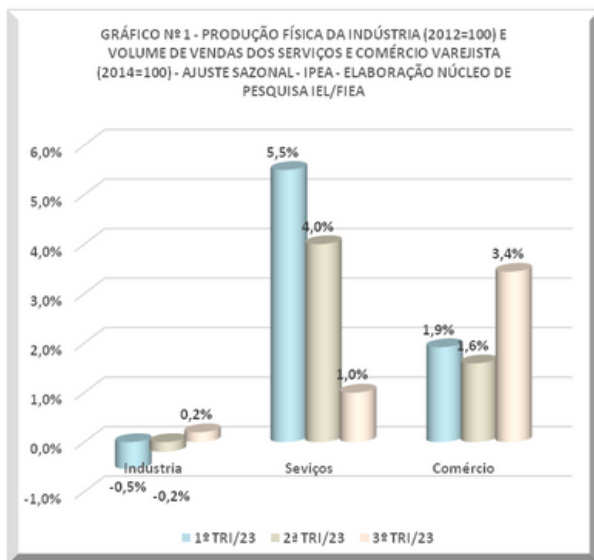
PANORAMA CONJUNTURAL

Outubro de 2023
em Novembro de 2023

A economia brasileira continua a desacelerar

A análise dos setores econômicos no decorrer dos três trimestres de 2023, conforme apresentado no Gráfico 1, reflete a interação entre os fatores econômicos positivos e negativos. Inicialmente, a indústria experimentou uma leve retração, parcialmente atribuível às dificuldades enfrentadas pela indústria de transformação.

Entretanto, no segundo trimestre, observou-se uma recuperação modesta, impulsionada pela melhoria nos índices de emprego, aumento do rendimento médio real e da massa salarial, aumento real do salário mínimo, que alavancaram o aumento na produção de bens de consumo não duráveis e semi-duráveis. Esses fatores contribuíram para a estabilização da indústria no terceiro trimestre.



No setor de serviços, houve uma trajetória de crescimento otimista, embora tenha se mantido em processo de desaceleração desde o primeiro trimestre. Esse crescimento em ritmo menor foi alinhado com a melhoria no poder de compra, associado aos fatores positivos elencados acima, que potencialmente expandiu o consumo de serviços. No entanto, a desaceleração acentuada do setor serviços nos últimos três trimestres indica que nem todos os segmentos do setor conseguiram capitalizar igualmente esses fatores positivos, possivelmente devido ao endividamento das famílias e às altas taxas de juros, que possivelmente limitaram a capacidade de gasto, mesmo com a renda disponível aumentada.

Por sua vez, o comércio apresentou uma tendência inversa à indústria no primeiro trimestre, mas logo se recuperou no segundo e continuou a crescer no terceiro trimestre. Este setor parece ter se beneficiado diretamente do aumento do poder aquisitivo dos consumidores. Adicionalmente, o crescimento no índice de produção da indústria de bens de consumo não duráveis e semi-duráveis tem sido influenciado positivamente pelas vendas no varejo, indicando uma demanda robusta por esses produtos.

Apesar dos avanços registrados nos indicadores de renda e emprego, é importante destacar os desafios decorrentes do endividamento das famílias e das elevadas taxas de juros tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas. Esses elementos negativos podem ter exercido uma influência preponderante sobre o crescimento do consumo e dos investimentos, particularmente no que se refere a produtos de maior valor ou que requerem financiamento. A queda observada nos índices de produção de bens duráveis e de capital, bem como a desaceleração no setor de serviços, podem ser atribuídas, em grande medida, a essas condições financeiras mais restritivas.

A economia brasileira continua a desacelerar

Nesse contexto, é relevante observar os dados relacionados ao endividamento das famílias em relação à renda acumulada nos últimos doze meses (RNDBF) para setembro de 2022 e setembro de 2023, bem como as taxas médias de juros nas operações de crédito para pessoas jurídicas e físicas no mesmo período: Endividamento das famílias (RNDBF) em setembro de 2022 e 2023: 49,5% e 48,0%, respectivamente. Taxa média de juros em operações de crédito para pessoas jurídicas e físicas para o mesmo período é de 19,5% e 35,0%, respectivamente. Estes números refletem a persistência das questões relacionadas ao endividamento e às taxas de juros, o que exige maior sensibilidade dos formuladores das políticas econômicas para lidar com esses desafios.

A análise dos setores econômicos revela que o crescimento inicial observado no Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) para o ano de 2023, apresentado no Gráfico 2, pode ser atribuído à melhoria no poder de compra dos consumidores, refletida na redução do desemprego e no aumento da renda, que impulsionaram os setores de serviços e comércio. No entanto, a estabilidade menos vigorosa da indústria, especialmente em segmentos de bens de capital e duráveis, juntamente com o endividamento das famílias e as altas taxas de juros, contribuíram para a desaceleração da atividade econômica no final do período, conforme evidenciado pela queda no IBC-Br. Isso sugere que, apesar da resiliência econômica e dos sinais de recuperação, desafios significativos ainda persistem e moderam o crescimento econômico do país.

Banco Central resiste a acelerar a queda da Selic

Os indicadores de inflação, usados tanto para avaliar seu comportamento passado quanto sua tendência ao longo do tempo, permanecem favoráveis. Nos últimos doze meses, a taxa de inflação diminuiu de 5,2% em setembro para 4,8% em outubro. As expectativas do mercado indicam que a taxa acumulada do IPCA deverá encerrar o ano dentro da meta estabelecida de 4,55% ao ano.

Para os próximos anos, o mercado tem ajustado para baixo as projeções da taxa do IPCA, sinalizando a convergência dessas projeções para suas respectivas metas e indicando que as expectativas estão bem ancoradas no longo prazo. As projeções do mercado para o IPCA em 12 e 24 meses são de 3,9% e 3,6%, respectivamente, afastando preocupações quanto à perda de controle da inflação nos curto e médio prazos. Além disso, a taxa de inflação implícita utilizada pelo mercado financeiro já se encontra abaixo de 4% para os próximos 252 dias úteis. O núcleo de inflação, por sua vez, calculado com médias aparadas sem suavização, também continua a desacelerar. Tal comportamento dos preços reflete a perda de dinamismo da economia brasileira analisada anteriormente.

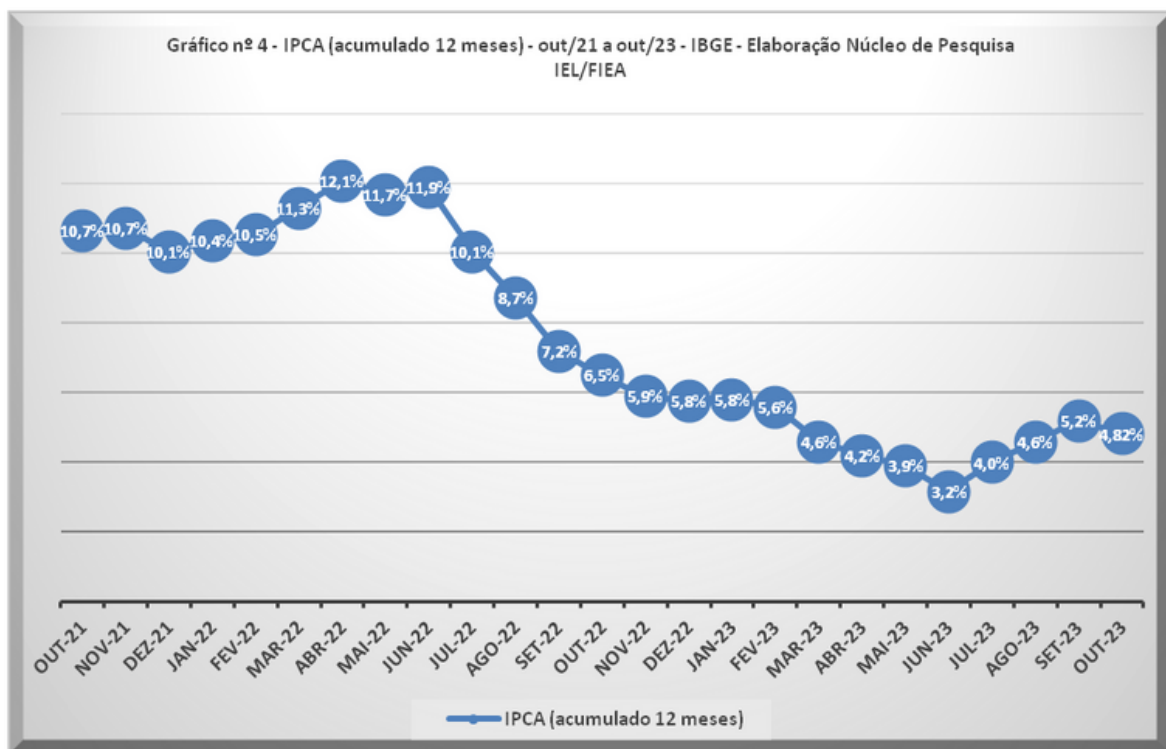
Apesar das perspectivas favoráveis de uma contínua queda na taxa de inflação, as estimativas apontam que, até o final de 2024, a taxa Selic deverá situar-se em 9,25%, representando uma redução de 3,0% em relação à taxa atual de 12,25%. Isso implica em uma taxa real básica de juros próxima de 5,5% ao ano, considerando uma expectativa de crescimento do PIB em torno de 1,5%, conforme indicado na mais recente pesquisa Focus do Banco Central. Essa situação implica que as taxas de juros permanecerão acima da taxa de crescimento do PIB, exercendo pressão ascendente sobre o serviço da dívida e uma influência negativa sobre a geração de emprego e renda no país.

A Ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) reforça a postura cautelosa do Banco Central (BC) em relação ao ritmo de redução dos juros. No contexto dos cenários de risco, a Ata destaca um cenário de referência com projeções moderadas de inflação, porém, com crescentes preocupações devido à incerteza na conjuntura internacional e ao mercado de trabalho aquecido nas economias avançadas. Os riscos associados ao cenário global aumentaram devido ao aumento das taxas de juros nos EUA e incertezas fiscais. A atividade econômica doméstica tende a desacelerar, e a incerteza fiscal pode elevar a taxa de juros neutra da economia, estimada em 5% reais pelo mercado. A desancoragem das expectativas de inflação exige uma ação firme das autoridades monetárias.

Após análises, o COPOM conclui que, apesar do progresso na desinflação, ainda há um caminho substancial a percorrer para ancorar as expectativas de inflação e alcançar a meta estabelecida. O Comitê reconhece a evolução conforme o esperado no cenário doméstico, com desinflação nos núcleos e na inflação de serviços, mas também observa a desancoragem das expectativas de inflação para prazos mais longos. Além disso, o cenário internacional, caracterizado pela volatilidade e adversidades, introduz incertezas, e o Comitê enfatiza a necessidade de cautela.

Banco Central resiste a acelerar a queda da Selic

No entanto, é fundamental considerar que em uma economia com taxas de inflação e crescimento do PIB em queda, além da estagnação da indústria, não se justifica um comportamento excessivamente cauteloso por parte do Banco Central na redução da taxa de juros básica da economia. Prolongar a manutenção de juros restritivos pode agravar ainda mais a capacidade da economia de sustentar qualquer forma de recuperação. Portanto, é essencial encontrar um equilíbrio entre a necessidade de controlar a inflação e a urgência de promover o crescimento econômico, especialmente no setor industrial, para assegurar a estabilidade e a prosperidade da economia brasileira. Nesse contexto, a taxa de juros básica da economia não deve exceder a taxa de crescimento do PIB.



A produção industrial brasileira em setembro de 2023

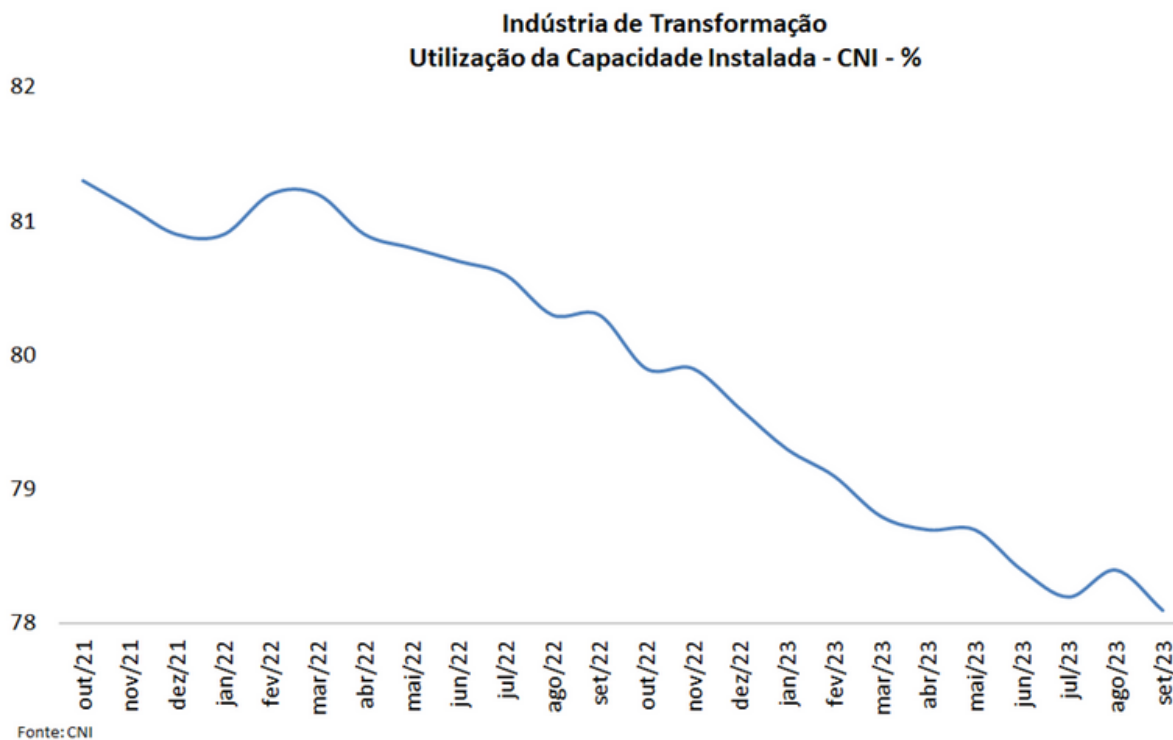
Em setembro de 2023, a indústria brasileira continuou estagnada, com uma variação mínima de +0,1% na produção, ajustada para efeitos sazonais, em relação ao mês anterior. No acumulado do terceiro trimestre, a produção industrial permaneceu estável, registrando 0% de crescimento em comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa estagnação representou uma continuidade da tendência observada ao longo do ano, com uma retomada lenta após episódios de crises anteriores, como os anos 2015-2020 e o período durante a pandemia.

Vale destacar que, ao analisar apenas a indústria de transformação, excluindo o ramo extrativo, observamos uma retração na produção em todos os trimestres de 2023, após um período de estagnação em 2022. Além disso, o número de ramos industriais com queda de dois dígitos aumentou significativamente, passando de apenas um no primeiro trimestre de 2023 para quatro no terceiro trimestre do mesmo ano. Os setores da indústria mais diretamente ligados a financiamento, tanto por parte das famílias quanto das empresas, continuaram a enfrentar dificuldades devido às altas taxas de juros no país.[1]

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	0,1	0,6	-0,2	0,0
Bens de capital	-2,2	-12,9	-10,4	-8,7
Bens Intermediários	0,3	1,2	-0,3	0,0
Bens de consumo	-1,0	2,0	2,0	1,8
Bens de consumo duráveis	-4,3	-3,0	3,2	3,6
Semiduráveis e não duráveis	-1,4	2,8	1,8	1,5
Extrativa Mineral	5,6	9,1	6,0	4,6
Transformação	-0,3	-0,8	-1,2	-0,8

A produção industrial brasileira em Setembro de 2023

Conforme os dados fornecidos pela CNI, a taxa de utilização da capacidade instalada na indústria de transformação registrou uma leve queda de 78,4% para 78,1% de agosto de 2023 para setembro de 2023, considerando a série ajustada sazonalmente. Isso significa que a capacidade utilizada na indústria está 1,4 ponto percentual acima do nível pré-pandemia, que era de 76,7% em fevereiro de 2020, mas ainda está 2,4 pontos percentuais abaixo da média histórica, que é de 80,5%.



Indicadores Conjunturais da Economia Brasileira

Índice de Preço (%)	2022			2023									
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT
IGP-DI	-0,62	-0,18	0,31	0,06	0,04	-0,34	-1,01	-2,33	-1,45	-0,40	0,05	0,45	0,51
INCC-DI	0,12	0,36	0,09	0,46	0,05	0,30	0,14	0,59	0,71	0,10	0,17	0,34	0,20
IGP-M	-0,97	-0,56	0,45	0,21	-0,06	0,05	-0,95	-1,84	-1,93	-0,72	-0,14	0,37	0,50
IPC-M	0,50	0,64	0,44	0,61	0,38	0,66	0,46	0,48	-0,25	0,11	-0,19	0,27	0,27
IPA-M	-1,44	-0,94	0,47	0,10	0,20	-0,12	-1,45	-2,72	-2,73	-1,05	0,17	0,41	0,00
INCC-M	0,04	0,14	0,27	0,32	0,21	0,18	0,23	0,40	0,85	0,06	0,24	0,24	0,20
IPC-FIPE	0,45	0,47	0,54	0,63	0,43	0,39	0,43	0,20	-0,03	-0,14	-0,20	0,29	0,30
INPC	0,47	0,38	0,69	0,46	0,77	0,64	0,53	0,36	-0,10	-0,09	0,20	0,11	0,12
IPCA	0,59	0,41	0,62	0,53	0,84	0,71	0,61	0,23	-0,08	0,12	0,23	0,26	0,24

Fonte: Ipeadata e Bacen.

	Indicadores de Confiança I		
	Indicadores do Cenário Externo		
	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano	Preço do Petróleo (Brent) em US\$	Ouro - Nova York (Fixing) em US\$
	10 anos		
out/22	3,76	90,99	1 628,92
nov/22	3,61	84,91	1 767,74
dez/22	3,51	85,40	1 888,79
jan/23	3,94	82,14	1 932,07
fev/23	3,51	79,52	1 813,88
mar/23	3,49	78,01	1 993,08
abr/23	3,85	76,55	1 979,67
mai/23	3,83	76,10	1 956,51
jun/23	3,91	82,52	1 905,20
jul/23	4,24	83,71	1 973,80
ago/23	4,44	91,51	1 942,29
set/23	4,84	87,61	1 864,37
out/23	4,45	81,17	1 993,55

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)/ (FED)

Indicadores de Confiança II	
Meses	Risco Brasil
out/22	270
nov/22	266
dez/22	259
jan/23	257
fev/23	250
mar/23	260
abr/23	257
mai/23	253
jun/23	233
jul/23	217
ago/23	211
set/23	206
out/23	202

Fonte: IPEADATA

Meses	Indicadores de Confiança III						
	Taxa de Câmbio Fim de Período R\$/US\$ - Vendas	Swap de 1 ano	Inflação esperada nos próximos 12 meses Mediana	Taxa de Juros Real Ex-Ant	IPCA nos últimos doze Meses	Taxa de Juros Selic (% a.a)	Taxa Real Esperada Selic (a.a)
	set/22	5,41	13,21	5,11	7,71	7,17	13,65
out/22	5,26	13,15	5,16	7,60	6,47	13,65	6,74
nov/22	5,29	13,94	5,30	8,21	5,90	13,65	7,32
dez/22	5,22	13,43	5,30	7,72	5,79	13,65	7,43
jan/23	5,10	13,47	5,75	7,30	5,77	13,65	7,45
fev/23	5,21	13,28	5,80	7,07	5,60	13,65	7,62
mar/23	5,08	12,90	5,55	6,96	4,65	13,65	8,60
abr/23	5,00	12,87	5,32	7,17	4,18	13,65	9,09
mai/23	5,10	12,45	4,71	7,39	3,94	13,65	9,34
jun/23	4,82	11,72	3,94	7,49	3,16	13,75	10,27
jul/23	4,74	11,26	4,06	6,92	3,99	13,15	8,81
ago/23	4,92	10,98	4,17	6,54	4,61	13,15	8,16
set/23	5,01	11,06	4,08	6,71	5,19	12,65	7,09
out/23	5,06	11,15	3,93	6,95	5,82	12,65	6,45

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

INDICADORES DE DESEMPENHO

PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE
ALAGOAS – FIEA

Presidente:

José Carlos Lyra de Andrade

1º Vice-presidente

José da Silva Nogueira Filho

UNIDADE TÉCNICA – UNITEC/FIEA

Coordenador

Helvio Braga VilasBoas

Elaboração

Núcleo de Pesquisas do IEL/AL

COORDENADORA

Eliana Sá

Informações Técnicas

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

Luciana Santa Rita

Consultora GI

Morgana Maria Machado Moura

Juliana Pereira Ferro

Estagiários

Raquel Maria Cezario

Bruno Melo Vasconcelos

Caio Túlio Roberto de Melo Cavalcante

Juliana Alves de Melo

Pedro Monteiro de Oliveira



Contato
(82) 2121-3085
(Eliana Sá)

Outubro de 2023
em Setembro de 2023